

Há sinais evidentes de que forças de extrema direita, civil e militar, procuram se rearticular com o objetivo, e num primeiro estágio, fazer a maioria da futura Assembleia Nacional Constituinte e assim moldar a nova Constituição a seus interesses, contendo os ímpetus reformistas do País. Em uma segunda fase, a direita poderia partir para programas desestabilizadores do Governo da Nova República, como o presidente Sarney já teve oportunidade de admitir, na intimidade.

A possibilidade de organização de uma grande caixinha para financiar candidatos comprometidos com a manutenção do "status quo" e dispostos a resistir contra qualquer tentativa reformista já não parece algo tão distante. O empresário gaúcho, César Valente, presidente da Federação das Associações Comerciais, já admitiu publicamente a formação de uma "caixinha" de 4,5 a 5 trilhões de cruzeiros para eleger uma maioria de parlamentares comprometida com o regime de economia de mercado.

A REARTICULAÇÃO

A direita passou os últimos 21 anos em grande tranquilidade. O regime militar reinou absoluto para pôr em prática um programa megalomaniaco de desenvolvimento, concentrador de renda, calcado em uma política de achatamento salarial.

Com a implantação da Nova República, através do competente trabalho de engenharia política articulado por Tancredo Neves, a inquietação voltou a dominar a extrema direita. Dias após a dramática posse de José Sarney, instalou-se uma estranha greve nos transportes coletivos de Brasília. Um "lock-out", paralisação decretada pelos donos das empresas, inspirados em forças misteriosas e sob as vistas complacentes do Governo José Ornellas.

A reorganização dessas forças não ficou apenas nessa demonstração de força, que tinha claro objetivo de desestabilizar o Governo Sarney em uma hora dramática, quando Tancredo se internava no Hospital de Base para ser operado. O general Newton Cruz, diretamente envolvido na morte do jornalista-agente Alexandre Baumgarten, voltava ao noticiário da imprensa anunciando sua candidatura à Assembleia Constituinte.

A reativação do Inquérito sobre os assassinatos de Baumgarten, sua mulher e do barqueiro português que o levava para pescarias, quase três anos depois do fato, causou espécie em muitos políticos. O governador Leonel Brizola atribuiu o desenterramento do caso ao interesse da extrema direita em criar pretextos para a desestabilização e o retrocesso institucional.

Ao mesmo tempo, o lançamento precipitado e incompetente do programa de reforma

agrária — sem uma adequada mobilização das forças favoráveis às mudanças — ofereceu pretextos para a articulação das forças conservadoras. Os anti-reformistas se reagruparam procurando sensibilizar a opinião pública, particularmente a classe média, com o terror do anticomunismo.

Líderes ruralistas e fazendeiros anunciaram publicamente a organização de milícias para lutar contra qualquer tentativa de promover reformas nas arcaicas estruturas fundiárias do País. E mais do que evidente que Sarney está na linha de tiro dessas forças obscurantistas, que temem a democracia para que não sejam questionados seus

A formação de uma "caixinha" para financiar candidatos à Constituinte e indício concreto de que as forças de direita estão se rearticulando para sabotar as reformas da Nova República

olientos privilégios.

A reação pública da extrema direita contra propostas de reformas sociais procura, atualmente, intimidar o Governo Sarney, explorando suas hesitações. Se o Governo mantém a decisão de cumprir o Estatuto da Terra, esses grupos podem, partir para ações mais agressivas.

A legalização dos partidos comunistas, antes condenados a uma perigosa clandestinidade, gera verdadeiro pânico entre as forças conservadoras. A anunciada reaglutinação dos políticos progressistas do PMDB — a chamada Esquerda Democrática — aumenta a inquietação entre os que estão dispostos a resistir a qualquer mudança significativa.

A formação de uma "caixinha" para financiar candidatos comprometidos "com a defesa da democracia" — na verdade comprometidos em impedir qualquer mudança social — pode ressuscitar organismos semelhantes ao famigerado Instituto Brasileiro de Ação Democrática (o tristemente célebre IBAD), objeto de investigação por parte de uma Comissão Parlamentar de Inquérito que teve como relator o insuspeito udenista Pedro Aleixo.

Como comprovou a CPI do IBAD — a única que chegou a concluir seu trabalho de inves-

tigação — o IBAD, IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais, que teve notória influência no golpe de 64) e outros apêndices, eram financiados por grupos econômicos nacionais e internacionais, então unidos numa cruzada contra "o perigo comunista".

A pretexto de combater o comunismo, rearticula-se uma guerra Santa contra qualquer reforma social em um país onde mais de trinta milhões dos seus 120 milhões de habitantes passam fome literalmente e 60 milhões são classificados como subalimentados. Só 30 milhões estariam dentro do mercado.

O IBAD, o IPES e a ADP (Ação Democrática Parlamentar, que congregava os políticos comprometidos com esse anticomunismo industrial) poderá ressurgir com outros nomes e outras siglas. Não é segredo para ninguém no Congresso que empresários do Rio e de São Paulo já estão se articulando para organizar uma "caixinha" com gordos recursos a fim de financiar candidatos "comprometidos com a democracia e o regime de livre empresa".

O deputado Maurílio Ferreira Lima denunciou da tribuna da Câmara a formação de um fundo para financiar candidatos comprometidos com a defesa do "status quo" — contra reformas sociais, contra mudanças na legislação que protege o capital estrangeiro e favorece o alto grau de desnacionalização da economia brasileira.

Dias depois do discurso de Maurílio, o empresário gaúcho César Valente, atual presidente da Federação das Associações Comerciais, anunciou publicamente a decisão do empresariado nacional de organizar uma "caixinha" com cerca de cinco trilhões de cruzeiros para financiar candidatos da confiança dessa categoria classista. César Valente pode ter sido indiscreto, mas alertou os políticos para a necessidade de tornar mais drástica a legislação para colibir e reprimir abusos do poder econômico.

O objetivo é tornar mais conservadora a Assembleia Nacional Constituinte, inibindo a ação de grupos progressistas. O presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, já anunciou a negociação de uma nova lei em agosto próximo para reprimir os abusos do poder econômico, impondo a igualdade de condições entre os candidatos.

O deputado Francisco Pinto, no encontro com o Presidente da República, sexta-feira passada, no Jaburu, defendeu o recadastramento eleitoral — nome com que designa uma revisão em regra do eleitorado para expurgar os títulos fantasmas, os eleitores duplos — e outras formas de fraude.

O presidente José Sarney disse que não faltariam recursos para purificar o sistema eleitoral, passo indispensável, como reconheceu, para tornar mais legítima e representati-

va a futura Assembleia Constituinte. Tancredo previa que seriam necessários 500 bilhões para trabalho tão ambicioso, mas o SERPRO estimou em 400 bilhões os seus custos.

O deputado Francisco Pinto calcula que, nos Estados do Nordeste, a fraude alcance 40% do eleitorado. O parlamentar balano teme a resistência dos governadores e dos líderes das principais facções oligárquicas do Nordeste, que não têm evidentemente interesse em expurgar os vícios que lhes ajudam a se manter no poder nos últimos trinta anos.

A Justiça Eleitoral não se mostra entusiasmada em promover a correção solicitada, seja pela parca limitação de recursos, seja pelo notório envolvimento de agentes judiciais em muitas das fraudes eleitorais praticadas no País. Ulysses Guimarães e Francisco Pinto estão certos de que, com os recursos necessários, será possível promover a revisão do eleitorado através de processamentos eletrônicos a cargo do SERPRO.

Os reformistas contam com a revisão do eleitorado, para a eliminação das fraudes, a fim de aumentar suas oportunidades na futura Constituinte. Os conservadores pretendem criar um fundo de financiamento, a nível nacional, para eleger a maioria da Constituinte e assim inibir a ação reformista que as esquerdas pretendem comandar.

Se a extrema direita civil e militar verificar que a nova Constituinte poderá promover reformas em grau acima de sua expectativa, suas lideranças recorrerão à conspiração para golpear as nossas frágeis instituições políticas, como tem ocorrido com frequência ao longo de nossa história republicana.

A direita não se mostra disposta a fazer qualquer concessão. E demonstra que está disposta a recorrer à violência, se for preciso, para conter qualquer veleidade reformista. E convicção generalizada de que o poder econômico elegerá uma grande bancada na Constituinte, posto que é sempre muito difícil provar a corrupção eleitoral.

As formalidades processuais sempre ignoram o que o olho do povo vê com facilidade. Foi o caso, por exemplo, da mais escandalosa corrupção eleitoral que já se praticou no Brasil, através da campanha do Sr. Eliseu Rezende, candidato a governador de Minas Gerais. Os postes de iluminação duplicavam a circunferência pela imensa quantidade de cartazes com que eram vestidos.

A lei deverá ser mais rigorosa ainda para que os plutocratas e seus testas-de-ferro não venham a transformar a Assembleia Constituinte em verdadeiro mercado persa. Do contrário, homens políticos pobres e honrados serão proibidos de fazer carreira na política, que será reservada unicamente aos ricos e prepostos.